

Interfaces entre estruturas valorativas no Sul do Amapá: o sistema de aviamento e a organização comunitária

José Bittencourt da Silva

Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica / Universidade Federal do Pará (PPEB/UFPA)

João Paulo da Conceição Alves

Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura / Universidade Federal do Pará (PPGEDUC/UFPA)

Recebido: 07/01/2020 Versão revisada (entregue): 01/04/2020 Aprovado: 02/04/2020

Resumo

O presente artigo objetiva expor e analisar aspectos estruturais valorativos herdados do sistema de aviamento e presentes na conduta de moradores das comunidades tradicionais no sul do Amapá. São populações residentes em duas Unidades de Conservação de Uso Sustentável nas quais enfrentam grandes dificuldades para implementar processos de desenvolvimento social local. O trabalho configura-se como um estudo de caso duplo, com pesquisa de campo de cunho qualitativo realizada nas RESEX Cajari e RDS do Rio Iratapuru. Com instrumentos peculiares ao método etnográfico, foram utilizados caderno de campo, roteiro de entrevista e técnicas de observação *in loco* com uso de registros fotográficos. Com o material recolhido em campo, foi possível compreender que a herança valorativa pretérita do sistema de aviamento é marcante nestes territórios, o que pode ser observado nos discursos, na percepção estética, nas formas de atividades econômicas e nas relações cotidianas dos indivíduos em família. Essa realidade valorativa vem influenciando negativamente a construção de caminhos voltados às melhorias socioambientais nessas UC.

Palavras-chave | Amapá; estruturas valorativas; populações tradicionais; sistema de aviamento; Unidades de Conservação.

Código JEL | Q38 R11 Z13

Interfaces among value structures in Southern Amapá: aircraft system and communitary organization

Abstract

This article aims to expose and analyze the evaluative structural aspects inherited from the debt system and present in the behavior of residents from the traditional communities in southern Amapá, Brazil. They are resident populations from two Conservation Units of Sustainable Use

in this area that face great difficulties to implement the processes of local social development. This work has configured as a double case study with a qualitative field research carried out at Extractive Reserves: Cajari and RDS from Iratapuru River. Peculiar instruments to the ethnographic method have been used: a study field notebook, an interview script and observation techniques in situ and the use of the photographic records. Having this material collected from the study field, it was possible to understand that the past value heritage of the affection system is remarkable in these territories, which can be observed in the speeches, aesthetic perception, forms of economic activities and daily relations of the people in the family. This value reality has been negatively influencing in the construction of ways to the socio-environmental improves in these Conservation Units.

Keywords | Aircraft system; Amapá; conservation units; traditional populations; evaluative structures.

JEL-Code | Q38 R11 Z13

Interfaces entre estruturas valorativas en el Sur del Amapá: el sistema de aviamiento y la organización comunitaria

Resumen

El presente artículo objetiva exponer y analizar aspectos estructurales valorativos heredados del sistema de aviamiento y presentes en la conducta de habitantes de las comunidades tradicionales en el sur de Amapá. Son poblaciones residentes en dos Unidades de Conservación de Uso Sostenible que enfrentan grandes dificultades para implementar procesos de desarrollo social local. El trabajo se configura como un estudio de caso múltiple con investigación de campo de cuño cualitativo realizada en las RESEX Cajari y RDS del Río Iratapuru. Con instrumentos peculiares al método etnográfico se utilizaron cuaderno de campo, guión de entrevista y técnicas de observación *in loco* con uso de registros fotográficos. Con el material recogido en campo, fue posible comprender que la herencia valorativa pretérita del sistema de aviamiento es marcada en estos territorios, lo que puede ser observado en los discursos, en la percepción estética, en las formas de actividades económicas y en las relaciones cotidianas de los individuos en familia. Esta realidad valorativa viene influenciando negativamente la construcción de caminos volcados a las mejoras socioambientales en esas UC.

Palabras clave | Amapá; estructuras valorativas; poblaciones tradicionales; sistema de aviamiento; Unidades de Conservación.

Codigo JEL | Q38 R11 Z13

Introdução

No sul do estado do Amapá, foram legalmente criadas na década de 1990 duas Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável (Figura 1, a seguir), as quais podem ser percebidas espaços de garantia de direitos de populações tradicionais

historicamente alijadas dos processos de desenvolvimento humano e social brasileiro. Todavia, elas apresentam muitos problemas (SILVA, 2007; SIMONIAN, 2001) em seu escopo, dentre os quais se podem citar a formação de elites masculinas entre as populações tradicionais, a presença feminina rarefeita no contexto da vida organizativa fora da casa, o baixo nível (e, em alguns casos, a ausência completa) de capital social (OSTROM, 1998; PUTNAM, 1996) ou formação de redes de confiança e solidariedade entre os moradores, a desestruturação organizacional-comunitária e os conflitos relacionados à titulação das chamadas colocações.

As estruturas sociais configuram-se como elementos da realidade sem os quais não há existência duradoura do coletivo. Por isso, Marx (2008) fala da economia como estrutura da sociedade, relacionando-a com a ideia de base ou alicerce sem o qual o edifício social não existiria. Nesta mesma perspectiva, pode-se dizer que há estruturas valorativas historicamente construídas e presentes até os dias atuais na conduta cotidiana dos moradores das Unidades em discussão. Precisamente, são os valores construídos socialmente e estruturados cotidianamente nas relações que se estabeleceram no “ambiente do barracão”, entre as populações tradicionais e o comerciante aviador/provedor, valores que ainda condicionam condutas locais, quer sejam estas no campo da economia, quer sejam no âmbito político, cultura ou mesmo estético.

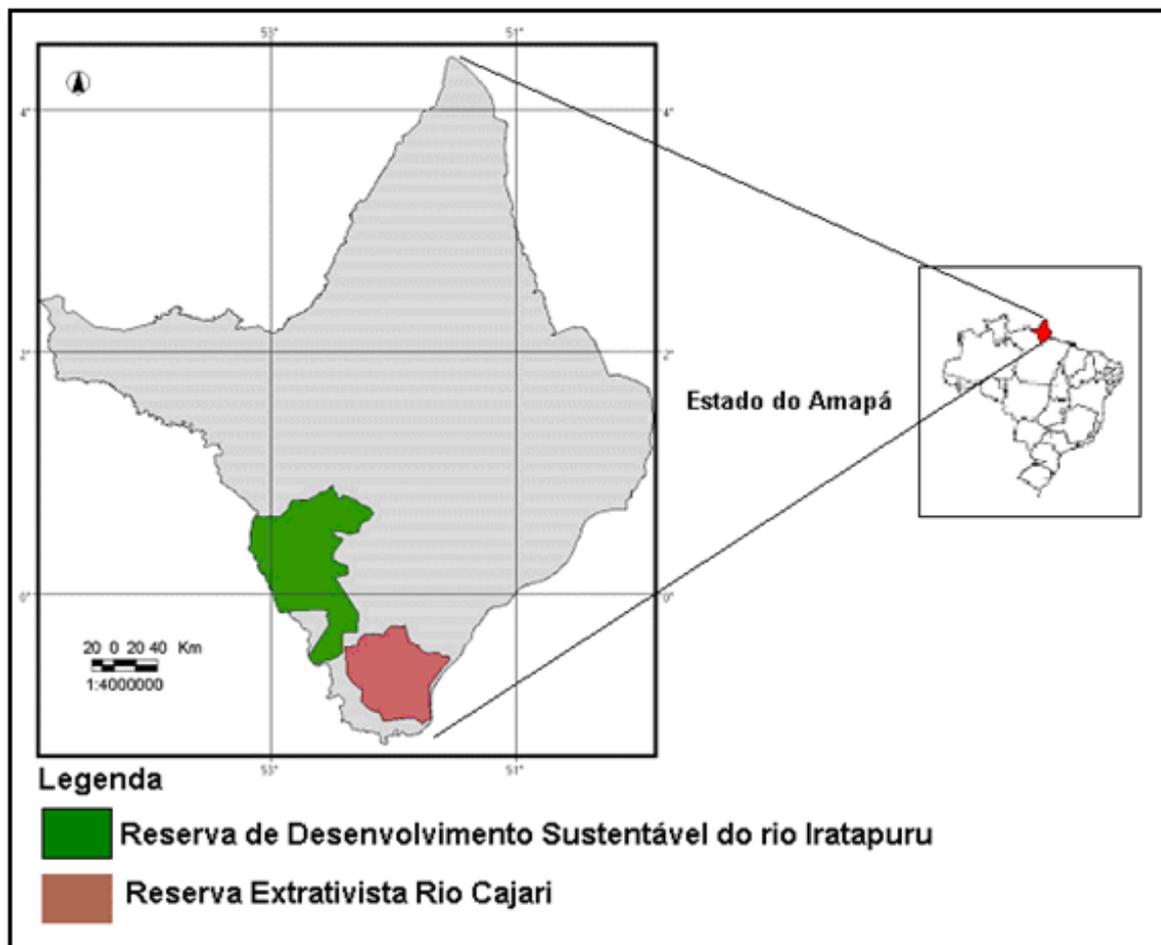


Figura 1 – Unidades de Conservação sul-amapaenses em debate

Fonte: LAENA/NAEA/UFPA, 2008.

Engels e Marx (2001) apontaram de maneira conclusiva que as ideias preponderantes em dada época são aquelas pertencentes às classes dominantes. O sistema de aviação no sul do Amapá foi muito mais do que uma prática econômica. Ele foi, acima de tudo, edificante de valores estruturais das classes dominantes do período, os quais permanecem no vale do rio Jari até hoje “cravada” no seio social das comunidades locais. Objetiva-se, neste trabalho, expor e analisar práticas sociais, políticas, econômicas e, até mesmo, estéticas cotidianas nas UC de Uso Sustentável sul-amapaenses, as quais refletem a estrutura valorativa do aviação e entram processos de desenvolvimento local¹.

¹ Desenvolvimento local no sentido crítico do conceito e não apenas como discurso legitimador da inserção das relações sociais capitalistas de produção junto a povos e comunidades tradicionais. Desenvolvimento local no sentido qualitativo do termo, na mesma direção do proposto por Silva (2009), ou seja, desenvolvimento de tudo aquilo que melhora a autodeterminação das populações tradicionais, que aumenta o seu sentimento de

As informações contidas neste artigo resultam de dados bibliográficos e documentais, assim como a partir de pesquisa qualitativa de campo desenvolvida ao longo de dois anos na região do rio Cajari e rio Iratapuru. Essas atividades investigativas foram fortemente marcadas pelo viés etnográfico de recolhimento de evidências (MALINOWSKI, 1978; ANDRÉ, 2005), em que as vivências e experiências cotidianas nas comunidades constituíram-se na principal estratégia de pesquisa.

As vivências e experiências cotidianas, assim como as entrevistas realizadas nos muitos lugares pelos quais se desenvolveu a investigação, tiveram a anuência dos moradores locais, de lideranças comunitárias, sujeitos educacionais e de órgãos governamentais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá. Este consentimento social e governamental tem sido usualmente aceito na Amazônia como suficiente para o desenvolvimento de pesquisas que não manipulam em laboratório a biodiversidade ambiental tampouco fazem experimentos com animais ou seres humanos.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram o caderno de campo e o roteiro de entrevista. Vale ressaltar que nas pesquisas qualitativas o próprio pesquisador também é percebido como instrumento de investigação e suas experiências, vivências, observações e relatos de campo possuem valor heurístico (SEVERINO, 2007), ou seja, podem compor o conjunto das informações suscetíveis de serem utilizadas cientificamente.

Note-se que a seleção dos entrevistados levou em consideração a qualidade histórico-social de cada pessoa escutada, ou seja, a escolha dos interlocutores da pesquisa foi feita não a partir de procedimentos estatísticos ou amostrais representativos de um universo determinado, mas, sim, como “[...] àqueles que, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as funções de líderes de opinião [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 52) em certos contextos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais.

O *corpus* empírico da pesquisa (o recorte *arbitrário* de elementos do real sobre o qual foi aplicada a metodologia) foi extraído das duas Unidades de Conservação (Reserva Extrativista [RESEX] Rio Cajari e Reserva de Desenvolvimento Sustentável [RDS] do Rio Iratapuru), estas percebidas a partir da ideia clássica de estudo de caso. Para Yin (2010, p. 36), os estudos de caso, como os experimentos nas pesquisas experimentais:

pertencimento coletivo em detrimento de condutas individualistas, que barra o apego ao patronato, melhora a autoestima das pessoas que vivem no meio rural, no campo, aumenta sua consciência de classe respeitando as diferenças humanas, enfim, tudo aquilo que promove o alargamento dos aspectos que contribuem para a melhoria da incompletude dos indivíduos enquanto seres sociais.

são generalizáveis às proposições teóricas e não às populações ou aos universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma ‘amostragem’ e ao realizar o estudo de caso, sua meta será expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística). Ou, como três notáveis cientistas sociais descrevem em seu estudo de caso *único* feito há anos, a meta é fazer uma análise ‘generalizante’ e não uma ‘particularizante’.

Portanto, os casos selecionados não foram percebidos como uma fatia representativa de um todo, como tradicionalmente se observa nos métodos quantitativos, mas, sim, como uma realidade particular a partir da qual é possível realizar generalizações teóricas consistentes.

As falas de moradores das comunidades tradicionais foram interpretadas analiticamente sob a óptica da Análise de Discurso que se realiza pela

[...] análise de um conjunto de ideias, um modo de pensar ou um corpo de conhecimentos expressos em uma comunicação textual ou verbal, que o pesquisador pode identificar quando analisa um texto ou fala [...]. O discurso é a expressão de um sujeito no mundo que explicita sua identidade (quem sou, o que quero) e social (com quem estou) e expõe a ação primordial pela qual constitui a realidade (CHIZZOTTI, 2011, p.120-121).

O artigo foi estruturado primeiramente com a presente introdução com a função de localizar o leitor sobre a natureza do trabalho, bem como apresentar suas seções e organização geral. Em seguida apresentamos uma breve discussão acerca dos aspectos legais e históricos concernentes às reservas sul-amapaenses (Resex Rio Cajari e a RDS Iratapuru). Posteriormente, buscou-se apresentar e debater as interfaces entre estruturas valorativas do aviamento na região e a vida comunitária e organizacional dessas populações, assim como a relação desses valores no que se refere às ações de governo que objetivam resolver demandas locais.

A Resex Cajari e a RDS Iratapuru: aspectos legais e históricos

Os grandes projetos na Região Norte do Brasil representaram a continuidade de uma visão etnocêntrica sobre a Amazônia, percebida como espaço hostil a ser dominado, vivificado, incluído, garantido e modificado (BECKER, 2009). Em um primeiro momento, essa perspectiva ligou-se ao contexto colonialista e, posteriormente, associou-se à ideologia de fortalecimento do Estado-Nação brasileiro, no qual a tônica centro-sulista de mundo preponderava. Ao fazer um corte histórico e tomar o regime militar como referência, percebe-se que aquele foi

um momento de efervescência da implementação da visão de vazio demográfico amazônico (GONÇALVES, 2001). De fato, esse modelo mostrou-se bastante contundente no processo de homogeneização dos espaços, mas extremamente ineficaz na geração de benefícios sociais e ambientais abrangentes e duradouros.

No contexto do ideário militar de inclusão da Amazônia como espaço nacional, sob a égide da ideologia de segurança do país (COMBLIM, 1980), esteve presente o mito de que as populações locais não existiam ou, pelo menos, não precisavam ser ouvidas. De par com essa visão, fortaleceu-se nesse momento o mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 2008), em que certas áreas precisariam ser protegidas da ação humana. Por isso, os parques nacionais constituíram-se na categoria de manejo da natureza típica dessa época (BRASIL; MMA, 2005). Estas são Unidades Conservação de Uso Indireto, que não permitem a presença humana em seus limites, possuindo como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e entretenimento, recreação e turismo ecológico.

A perspectiva de utilização sustentável dos ecossistemas da Amazônia com base em áreas protegidas surge com as manifestações das populações tradicionais que se organizaram, informaram-se, formaram opinião, fizeram alianças e propuseram alternativas ao que se tinha instituído até então (ALLEGRETTI, 2002). A Reserva Extrativista foi efetivamente a primeira grande síntese amazônica moderna não indígena de um novo modelo de desenvolvimento humano local, associada ao ideário de preservação dos ecossistemas naturais com base em áreas protegidas.

Grande parte das populações locais conseguiu mostrar à sociedade nacional e ao poder público que, longe de ser um problema ambiental, representavam a condição *sine qua non* à própria salvaguarda de espécies vegetais e animais (POSEY, 1997; SANTILLI, 2012), assim como dos recursos hídricos concernentes à Região Norte. De fato, um dos passos fundamentais neste sentido inicia-se com a própria lei de criação desta categoria de UC, a qual trouxe consigo uma série de normas jurídicas basilares de proteção, utilização dos recursos florestais e, principalmente, de resolução de conflitos fundiários (SILVA, 2003). Na trilha aberta pelas populações tradicionais da Amazônia, setores do poder público, ligados à causa ambientalista, propuseram e implementaram em meados da década de 1990 uma nova categoria de UC (BRASIL; CNPq, 2001), chamada de Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Com princípios semelhantes aos das Resex, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - “filha mais jovem” das Unidades de Conservação de Uso Sustentável amazônicas - também representam perspectivas recentes de proteção da natureza, com manutenção da diversidade biológica e desenvolvimento humano local. Os planos de manejo e a formação de estruturas organizacionais participativas, exigidas inclusive pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

(SNUC) (BRASIL, 2000), compõem o sistema normativo das reservas que permitem a presença humana na área demarcada.

O Amapá não ficou fora deste contexto de luta das populações tradicionais, e as Resex Rio Cajari e RDS Rio Iratapuru expressaram muito bem a conjuntura do momento. Ambas as UC apresentam, formalmente, condições para uma ação antrópica coordenada e coerente com os princípios da sustentabilidade ambiental. Mormente na Resex, tem-se um plano de manejo, uma estrutura organizacional estabelecida horizontalmente e diversificada, com associações de mulheres e a perspectiva de surgimento de outras organizações ligadas ao artesanato, à pesca, à produção da farinha de mandioca etc. Essa sociedade civil (GOHN, 2001) local está em franco processo de formação de fato, constituindo-se na base imprescindível para o soerguimento de um efetivo sistema de participação comunitária, baseada em marcos legais que podem ser buscados tanto em regras locais quanto em dispositivos constitucionais e no próprio SNUC.

Guardadas as devidas proporções, pode-se dizer que a RDS Rio Iratapuru também apresenta condições favoráveis e importantes aos processos de desenvolvimento local, ainda que estejam estribadas em leis gerais, como a Constituição Brasileira de 1988, o SNUC de 2000 ou mesmo a própria lei de criação da reserva. A ressalva em relação a esta UC se dá em virtude da inexistência de um gerenciamento verdadeiramente compartilhado e de um sistema organizativo de efetiva participação na Unidade, que incluísse as várias comunidades do entorno. Aliás, comumente pode-se ouvir de moradores das outras comunidades do entorno da RDS, como Padaria, de que quando das conversas para a criação da unidade, eles sempre tiveram algum representante para ajudar no processo. Mas depois de criada, só quem usufrui dos benefícios é a comunidade São Francisco. Tal realidade institucional confere a RDS certa caoticidade, o que tem entravando as dinâmicas de melhorias locais e a formação de uma sociedade civil organizada. Isso tudo tem criado reflexos históricos que poderiam ser perfeitamente superados em curto prazo, bastando para isso vontade política e compromisso com as causas ambientais.

Estruturas valorativas do aviamento e a vida comunitária nas UC

O sistema de aviamento constituiu-se na base do modo produtivo próprio do ciclo da borracha na Amazônia. Caracterizou-se pelo adiantamento de produtos manufaturados ao freguês (coletor ou extrativista), o qual se comprometia em pagar os víveres aviados com certa quantidade de produtos da floresta, primeiramente a borracha e, posteriormente, a castanha da Amazônia, óleos, fibras, resinas e outros. Neste sistema, o extrativista

[...] endivida-se quando o patrão lhe adianta o preço de sua viagem (da cidade do Nordeste até a estrada de *bévea* às margens de um afluente do Amazonas) e lhe fornece o equipamento para a exploração dos produtos florestais. Em seguida, ele deverá abastecer-se exclusivamente no barraco do seu patrão, de quem se tornou cliente, termo redundante para qualificar esse tipo de relação clientelista. O cliente fica então preso nesse círculo de endividamento, do qual não poderá se desvencilhar (AUBERTIN, 2000, p. 25).

Embora o aviamento tenha sido um modo de relação de exploração do trabalho, característico do ciclo da borracha, este modo privado de produção de riqueza já havia sido empregado no período das drogas do sertão (TRÁFICO, 2005).

Por outro lado, mesmo que haja uma caracterização geral, não se pode perceber o aviamento de maneira monolítica, pois se realizou em espacialidades diversas na região amazônica e com processos sociais, políticos e culturais diferentes. No sul do estado do Amapá, por exemplo, o aviamento se personalizou classicamente na figura do seringalista José Júlio de Andrade, proprietário rural que chegou a ser senador da República no início do Século XX. Ele conseguiu amealhar “[...] uma vasta área entre o rio Paru, no Pará, e toda a região extrativista do sul do Amapá” (SIMONIAN, 2001, p. 119). As terras foram adquiridas a partir de transações comerciais astuciosas, herdadas de sua esposa, ou mesmo por ocasião em que tirou proveito de sua condição de Intendente. O Coronel Zé Júlio, como era conhecido, também adquiriu parte desses bens por meio da pilhagem, como foi o caso narrado por Carvalho (2004), em que o Coronel e seu testa de ferro Duda Neno (cunhado) expulsaram literalmente o senhor Américo Lopes de Miranda e famílias de suas propriedades, ficando com casas, animais e benfeitorias.

Esse modo de aquisição fundiária foi expresso por Lins (2001), em que o autor mostra a maneira ardilosa como Zé Júlio operava para realizar suas transações comerciais e aumentar seu patrimônio. Por exemplo, o coronel queria adquirir as terras de um senhor chamado Raimundo (o Gagueiro), na localidade Prazeres, margem esquerda do rio Jari. O negócio foi feito e as terras foram “compradas” a partir da troca por linhas de pesca, tecidos e outras mercadorias. O latifúndio somou mais terras quando Zé Júlio foi nomeado Intendente de Almeirim em 1903 e cadastrou, em seu nome, como posse grandes extensões de terra, “[...] num verdadeiro assalto ao patrimônio público e privado [...]” (RESENDE, 2008, p. 95), como foi o caso da fazenda Saracura. Seu casamento também lhe rendeu bons frutos, pois Zé Júlio casou-se com a filha do intendente de Almeirim, Manuel Maia da Silva Neno, dono de fazendas extensas na região, como a fazenda Aquiqui (LINS, 2001).

No contexto dos processos econômicos do sistema de aviamento na região do Jari, foram edificadas normas de conduta e modos de agir fortemente marcadas pelo individualismo familiar, o favorecimento clientelista, a desconfiança entre

moradores e a resolução de conflitos por meio da violência física. Essas instituições (DURKHEIM, 2004), surgidas dos processos de interação social se estruturaram no passado e se fazem presentes de maneira indelével atualmente. São elas que condicionam fortemente as relações comunitárias e organizativas das populações tradicionais nas UC sul-amapaenses.

Essas estruturas valorativas são facilmente percebidas nas populações tradicionais residentes nas reservas em estudo. Os discursos, as práticas políticas cotidianas, a estética do local, tudo está impregnado das vivências próprias das relações socioeconômicas do aviamento. Apenas para exemplificação, as Figuras 2 e 3 mostram a construção da sede da Associação de Trabalhadores Extrativistas do Vale do Rio Cajari (Astexca). É impressionante como ela se parece com as antigas construções do sistema de aviamento do período Zé Júlio. Em cima ficam o alojamento e o escritório. Em baixo o espaço para receber pessoas e coisas. A sede da associação é, em essência, um barracão, tal qual aquele que o seringalista realizava suas trocas desiguais com os produtores extrativistas.



Figuras 2: Imagens das instalações da sede da ASTEXCA, comunidade de Água Branca do Cajari. Foto: José Bittencourt da Silva, 2006.



Figuras 3. Ruínas do antigo barracão de aviamento da então filial Água Branca do Cajari. Foto: José Bittencourt da Silva, 2006.

De fato, o que se observou nas UC sul-amapaenses, mormente na área de domínio dos castanhais e adjacências, são lideranças mergulhadas em um clima de competição e de suspeita mútua, em que cada um se esforça por demonstrar sua superioridade, triunfar sobre seus concorrentes, eventualmente pela violência. O maior exemplo disso ocorreu na noite do dia 1º de outubro de 2003, quando ocorreu o incêndio que destruiu a fábrica de biscoito de castanha, instalada na comunidade São Francisco, foz do rio Iratapuru. Conforme o laudo de exame pericial:

[...] o incêndio foi de grande intensidade, concentrado em dois locais diferentes na área de produção, onde estavam estocadas as matérias primas, ou seja, parte posterior direita, e na sala de embalagem, sendo os danos decorrentes do calor de combustão e das fuligens

desprendidas. O agente ígneo fornecedor de energia de ativação do material depositado no foco do fogo, necessário para ser atingido seu ponto de combustão, pelas características do material, trata-se de chama aberta diretamente posta, sendo os materiais localizados. Pelos exames realizados no forno, a expectativa seria utilizar o gás de cozinha como acelerante, daí a necessidade de desconectar as mangueiras do forno, sendo tal situação frustrada face a chave central dos botijões, localizada na parte externa do prédio, estar travada. O fogo uma vez iniciado se desenvolveu caracteristicamente de maneira uniforme e de cima para baixo (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 2004, p. 4).

A conclusão chegada pelos técnicos que elaboraram o laudo descartou qualquer possibilidade de incêndio fortuito ou acidental, provocado, por exemplo, por curto circuito. Em verdade, o laudo confirmou a tese de que “[...] o sinistro foi produzido por ação humana direta e intencional, com colocação de fogo utilizando material de fácil combustão [...]” (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 2004, p. 4). Esta tese é corroborada pelos atuais dirigentes da Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (Comaru), os quais afirmam que a destruição da fábrica teria sido uma ação vingativa de pessoas ligadas ao antigo dirigente deposto pela diretoria da época, Sr. Braz, que nega peremptoriamente qualquer ligação com a autoria do crime.

A pensar-se como Pinton e Aubertin (1997, p. 279), as populações das reservas precisam buscar caminhos próprios para o processo de gestão compartilhada do território. Estes autores mostram que é um erro acreditar que as populações tradicionais possuem tradição de cooperação e equidade.

Um erro é fazer o amálgama entre população tradicional e vida comunitária, e pressupor comportamentos guiados por modelos culturais preservacionistas. Após várias gerações de servidão, as famílias de coletores apresentam dificuldade para esquecer a figura patronal e têm comportamentos individualistas dificilmente compatíveis com ações coletivas. As decisões são tomadas ao nível do indivíduo ou da família nuclear, independentemente do interesse coletivo e apoiam-se em redes importantes de parentesco, de vizinhança e de clientelismo.

Certamente, essa dinâmica social reproduz o modelo clientelista do sistema de aviação, que se reforça no cotidiano da vida organizativa das populações tradicionais. As atuais lideranças travam relações paternalistas com os governantes (agentes políticos), com organizações não governamentais (ONG) e empresas privadas, bem como apresentam condutas de dominação, travestidas de assistencialismo, em relação aos associados e cooperados.

Veja-se abaixo um exemplo de que o passado comanda o presente organizativo nas UC, como na expressão comtiana de que os vivos são regidos pelos mortos (COMTE, 1983), fazendo referência aos valores ou instituições que Durkheim (2004) chamou de consciência coletiva. A Figura 4, a seguir, mostra um extrativista da comunidade São Francisco sendo aviado pelo presidente da Comaru em sua casa. O presidente afirmou que o preço dos produtos é quase o mesmo do vendido em Laranjal do Jari. Por outro lado, o aviado demonstrou grande satisfação, afirmando que “[...] é bom que seja assim, porque o pessoal da cooperativa tem mais condições de ir até a cidade e comprar as coisas” (presidente da Comaru, comunidade São Francisco, 2006). A caixa com víveres possuía em seu interior frango, feijão, arroz, farinha e outros que seriam pagos com trabalho na fábrica ou com castanha *in natura* quando fosse feita a coleta dos ouriços no período da safra no ano seguinte.



Figura 4 – Extrativista da castanha com as compras aviadas pelo presidente da Comaru, RDS Rio Iratapuru

Foto: José Bittencourt da Silva, 2006.

O sistema de aviamento, como já mostrado acima, assentava-se economicamente em uma relação de troca desigual entre o seringalista, proprietário dos produtos industrializados, e o produtor direto. Nesta permuta, o extrativista sempre ficava

devendo, pois, o resultado de seu trabalho na floresta era sempre aviltado quando transacionado junto ao dono do barracão. O atrelamento desigual era inescapável e a repressão à quebra do contrato (tácito ou escrito) era violentamente efetuada (CASTRO, 1972). Essa relação de dependência do produtor direto metamorfoseou-se, instalando-se nos contextos cooperativistas e associativistas atuais das UC, principalmente quando se trata da produção de castanha nas áreas concernentes ao vale do rio Iratapuru e alto rio Cajari.

Atualmente, o “aviamento” assenta-se em bases diferentes, mas os princípios são semelhantes. De fato, o valor monetário da castanha está bastante elevado, e os preços dos víveres oferecidos aos extrativistas estão próximos aos realizados nos municípios vizinhos. Todavia, o atrelamento, a relação individualizada e a falta de autonomia dos extrativistas permanecem os mesmos e, em certos casos, potencializou-se ainda mais. Isto se dá em função da maneira como o “cooperativismo” local formou-se, ou seja, baseado em interesses particulares, na conflitualidade contraproducente grupal e na monoprodução da coleta da castanha. Tudo isso envolvido em um contexto sócio-histórico que condicionou as condutas pessoais atuais nas chamadas comunidades e localidades.

A educação e a busca por práticas organizacionais horizontalizadas de gestão das reservas, configuram-se como aspectos importantes na busca por transformações estruturais de longo prazo. Todavia, uma alternativa viável e imediata que poderia ajudar no combate ao aviamento contemporâneo diz respeito ao fomento à produção extrativista de outros produtos, além da tradicional agricultura familiar. Por exemplo, seria interessante implementar políticas públicas voltadas ao incentivo do manejo florestal sustentável da seringa, do açaí e do buriti ou mesmo dos óleos e resinas largamente encontrados na região, com demanda em franco processo de expansão em tempos de mercado verde (VIOLA; LEIS, 1995). Isso poderia gerar renda para os moradores durante a entressafra da castanha, momento em que grande parte dos extrativistas fica vulnerável e dependente das benesses oferecidas por atravessadores e cooperativas locais, estas agindo muito mais como comerciante individual do que como empresa cooperada.

Como já sugerido em momentos anteriores, essa nova/velha relação de poder e dependência também se dá de baixo para cima. Foucault (2004, p. 221), ao analisar a maneira como o poder é exercido institucionalmente, mostra que:

[...] É preciso fazer uma distinção. É evidente que, em um dispositivo como o exército ou uma oficina, ou outro tipo de instituição, a rede do poder possui uma forma piramidal. Existe, portanto um ápice. Mas, mesmo em um caso tão simples como este, este ‘ápice’ não é ‘fonte’ ou o ‘princípio’ de onde todo o poder deriva como de um foco luminoso (esta é a imagem que a monarquia faz dela própria). *O ápice e os elementos inferiores da hierarquia estão em uma relação de apoio e de condicionamento*

recíprocos; eles se 'sustentam' (o poder, 'chantagem' mútua e indefinida) [...] (Grifo nosso).

Nesta linha de raciocínio foucaultiano, é possível afirmar que as relações de poder do passado se reproduzem em via de mão dupla, ou seja, se dá de cima para baixo e de baixo para cima, entre lideranças e liderados nas organizações das reservas. De fato, há uma predisposição dos próprios extrativistas em perceber as associações comunitárias e cooperativas como patrões, fornecedores de alimentos, roupas, dinheiro e até mesmo alguma proteção.

Em entrevista com o Sr. Raimundo Nonato Batista Teles, que possui uma colocação no alto Cajari, chamada de Escondido, pôde-se perceber explicitamente este imaginário local, fortemente marcado pelas antigas relações do ambiente do barracão. Ao se reportar à cooperativa local, o Sr. Raimundo afirmou que:

[...] a Cooperalca se ela tivesse realmente condição de botar pra frente a produção da castanha, era pra ela já ter colocado aqui dois ou três caminhões, *colocado uma cantina aqui outra ali, uma outra cantina pra cá comprando a carne, a comida porque o produtor precisa disso pra ele poder ir tranquilo pro mato*. Mas, não. Eu vou lhe dizer com toda sinceridade, se não fosse o atravessador a castanha ficava todinha no mato. Eu conheço essa área aqui do Cajari. Essa área aqui deve dar mais de 10.000 hectolitros de castanha. Como é que as pessoas daqui iriam buscar essa castanha. Então é o atravessador que entra, porque se depender da cooperativa, meu amigo, nada vai ser feito, porque ela não tem dinheiro, deve Deus e mundo [...]. Eu acho que essa nossa cooperativa, pra poder funcionar, ela deveria ter, primeiro dinheiro pra pagar a produção em dia; segundo ela tem que ter a cantina dela pra manter o extrativista, porque se ela não tiver fica difícil. Porque como é que a pessoa vai amanhecer o dia, vai entrar na mata, extrair a castanha, sem tomar um café, sem almoçar, sem ele jantar. A cooperativa devia chegar com o produtor e perguntar pra ele quantas barricas de castanha você tem; quantos dias você vai passar no mato. Então tá. *Tá aqui o dinheiro, ou então tá aqui a mercadoria que você precisa pra ir trabalhar* e o transporte no dia que você precisar vai estar pronto pra ir buscar lá [...] (Raimundo Nonato Batista Teles, comunidade água Branca do Cajari, 2006) (grifo nosso).

Realmente, este depoimento reflete muito claramente a predisposição dos comandados em reforçar relações patronais de poder. É como se estivessem frente a frente o patrão, financiador das condições iniciais para o trabalho extrativista, e o coletor, que recebe antecipadamente as mercadorias. Isso, na prática, é a condição indispensável para a reprodução do próprio sistema clientelista estruturado no local, no qual a única afinidade que os comandados possuem com sua cooperativa é a de crédito. Tal relação poderia ser feita por um

banco, um comerciante, um funcionário público ou qualquer outra pessoa capaz de gerar as mínimas condições para que o morador adentrasse na floresta, e coletasse a castanha.

O Sr. José Maria, morador da comunidade Marinho, que, além de funcionário da prefeitura de Laranjal do Jari, possuiu uma colocação denominada de Couéra², afirmou que não conhecia nenhuma cooperativa na região que trabalhasse como uma. Sua fala corrobora à ideia de um cooperativismo às avessas.

[...] Nome muitas têm de cooperativa, agora ser uma cooperativa isso não existe. A gente que participa de encontros e reuniões com técnicos do CNPT ou do governo do estado falando de como deve ser uma cooperativa, vê que isso daqui tá tudo errado. O que elas fazem é igualmente o que o atravessador faz, e ainda faz muito mal, porque elas não têm força pra fazer o que o atravessador faz, e acaba devendo muitas vezes pro extrativista. Essa nossa daqui compra castanha e revende e só. E vou lhe dizer mais, os próprios atravessadores, como o Quentura, recebem castanha das próprias cooperativas. Esse ano a Cooperalca [Cooperativa dos Produtores Agro-extrativistas da Reserva do Rio Cajari] vendeu castanha pro Quentura. Quer dizer, só tem nome de cooperativa e nada mais. A Comaja hoje está arrendada pro Quentura, que é o maior atravessador daqui da região. Antes ele trabalhava pros Mutrans e hoje ele tem ligação direta com o exterior. É ele quem manda lá dentro. Quer dizer, muda o nome, mas as coisas ficam tudo como tava antes (José Maria, comunidade Marinho, 2006).

Os problemas enfrentados pelas associações e cooperativas estão ligados a aspectos econômicos, principalmente no que tange ao processo produtivo e de comercialização, ou seja, as condições materiais necessárias ao armazenamento e transporte do produto dentro e fora das reservas. Contudo, há que se notar que as cooperativas e muitas associações da reserva já receberam grandes incentivos governamentais e não governamentais. Tome-se como exemplo a Cooperca, empreendimento instalado no médio curso do rio Cajari e voltado principalmente ao manejo do palmito, que recebeu vultosas somas da World Wild Fund (WWF) para construção de instalações e compra de equipamentos. Houve também a contrapartida do governo amapaense por meio de financiamento para a produção e assistência técnica. Apesar de todo o empenho, a Cooperca encontra-se em estado letárgico, sendo chamada pelos próprios moradores de “elefante branco”.

O mesmo pode-se dizer da Cooperalca, da Astexca e da Comaru, associação e cooperativas que tiveram volumosos incentivos governamentais e não

² Geralmente, os castanheiros possuem duas residências, uma no povoado e outra na área de mata, esta chamada de colocação. Precisamente, a colocação é um termo utilizado pelas populações locais para designar a posse de uma área dos castanhais à determinada família da comunidade, como é o caso da Couéra.

governamentais voltados ao financiamento e escoamento da produção, com construção de fábricas e compra de equipamentos de excelente qualidade, o que denota a necessidade de compreensão de outros aspectos para se entender o motivo das enormes dificuldades em se viabilizar o desenvolvimento local a partir do associativismo. Tais aspectos dizem respeito às formas valorativas de relação organizacional, caracterizadas pela utilização patrimonialista (WEBER, 1999; FAORO, 1975) e individualista das organizações, presas à visão de mundo clientelista, com privilegiamentos familiares. Elas vêm reforçando valores incrustados nas comunidades das reservas, e que remontam às velhas relações de produção entre o patrão (comerciante) e o extrativista.

Segundo Foucault (2004), não se pode pensar que a consciência dos indivíduos é o que deve ser mudada, ou seja, o que eles têm na cabeça. Na verdade, o que se faz necessário é identificar as instituições (ideias e práticas estruturadas) que entram os processos de mudança social e, aí sim, buscar transformá-las. Nesta perspectiva, o modelo de conduta institucionalizado pelo sistema de aviação, hoje presente e incrustado no fazer cotidiano comunitário e organizacional das reservas, apresenta-se como a grande estrutura estruturante a ser demolida. De fato, foi um erro governamental pensar as populações tradicionais como empreendedoras modernas, deixando de lado a compreensão de seu patrimônio histórico e social valorativo. Em vez disso, as ações de governos e ONGs deveriam partir do pressuposto de que as populações tradicionais sul-amapaenses estão ligadas a um passado marcado pelo mandonismo, violência e clientelismo próprios das transações mercantis do sistema de aviação, em que os patrões fizeram o papel do poder público e edificaram um *status quo* societário calcado no individualismo e na falta de sentimentos coletivos.

Estruturas valorativas e as dificuldades de implementação de projetos comunitários

Quando se discute ação de governo para o desenvolvimento local nas UC sul-amapaenses, vem à tona um dilema crucial, o qual diz respeito à maneira como tal ou qual proposta poderia ser implementada, ou seja, se de modo comunitário ou familiar. O sucesso ou insucesso dos objetivos propostos está na relação direta dessa dualidade. Com base na percepção do *modus vivendi* dessas populações, pode-se afirmar que, até o presente momento, qualquer política pública ligada à ação coletiva comunitária nas UC do sul do Amapá estará fadada ao insucesso. O contrário também é verdadeiro, isto é, o sucesso para a tomada de decisão governamental teria que adotar como referência cada família individualmente. Esta conclusão geral aqui colocada pode ser perfeitamente exemplificada a partir de dois projetos estatais desenvolvidos junto à Resex Rio Cajari: o Projeto Granja Comunitária, implementado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (Ibama/Amapá), e o Projeto Habitacional efetivado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O Projeto Granja Comunitária foi realizado exclusivamente pelos técnicos do Ibama/Amapá, a partir das verbas do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Vale ressaltar que a execução de políticas para produção de pequenos animais na reserva não se restringiu a este projeto. As ações do Ibama/Amapá voltaram-se também para a criação de peixes, camarões, suínos e outros (SILVA, 2003). Tentou-se até produzir mel de abelha com a construção de apiários e outros insumos necessários à produção, mas não houve sucesso. O objetivo fundamental desses projetos era fazer com que as famílias da Resex Rio Cajari criassem, consumissem e vendessem comunitariamente estes produtos, o que diminuiria o impacto das ações antrópicas locais sobre a fauna e flora da região, garantindo assim a sustentabilidade socioambiental nas UC.

O Projeto Granja Comunitária foi desenvolvido na maioria das comunidades da Resex. Segundo o Sr. Jéferson Bispo Pereira, técnico do Ibama/Amapá, o projeto começou a ser desenvolvido em 1997, idealizado da seguinte forma: o Ibama/Amapá ficaria responsável pela parte de infraestrutura, como a construção de galpões em madeira, a doação dos pintos e a ração inicial para que as famílias cuidassem dos animais. Cada família compraria, na medida em que fosse terminando, um saco de ração para repor o alimento dos animais, inicialmente cedido pelo Ibama/Amapá. Tome-se como exemplo o ocorrido na região dos lagos do Ajuruxi. Neste local foi feito um galpão, doados 200 pintos e cinco sacas de ração de 50 quilos. Foram escolhidas oito famílias, perfazendo um total 25 animais para cada uma delas. Estas famílias se responsabilizariam pela manutenção dos galpões e alimentação das aves. Desse modo, estava criado um projeto claramente comunitário.

O fracasso foi imediato. Conforme afirmou o Sr. Jeferson, os problemas não tardaram a acontecer. Muitos pintos morreram e algumas famílias não tiveram condições de repor a ração para a alimentação dos frangos. Então, os moradores resolveram repartir os animais, os quais foram levados e criados em casa. De acordo com o Sr. Manuel Antônio Rodrigues, (o Dantas), morador em uma comunidade no Ajuruxi, “muitas pessoas comeram seus frangos, umas até com cachaça. O galpão foi abandonado e hoje está lá caindo aos pedaços” (Manuel Antônio Rodrigues, comunidade Maranata, 2006).

Esta realidade do Ajuruxi foi regra geral em todas as comunidades onde se implantou o Projeto Granja Comunitária, assim como todos os outros projetos comunitários do período. Também em Água Branca do Cajari a situação não foi diferente. As famílias não conseguiram manter a criação, levaram os animais para casa e abandonaram os galpões. Não houve relatos de pessoas que tivessem conseguido vender um só frango como remuneração do trabalho despendido. O que se pôde depreender a partir das evidências levantadas foi que o projeto não

logrou êxito por fatores variados, dentre os quais se podem destacar a ausência de participação dos moradores antes e durante seu processo de implementação (SILVA, 2003), bem como a completa falta de percepção dos técnicos do Ibama/Amapá em relação às especificidades socioculturais das populações tradicionais locais.

Veja-se, agora, o bem-sucedido Projeto Habitacional do Incra. Sabe-se que a questão da moradia, ou, mais exatamente, do déficit de casas por família tem sido um problema sério nas comunidades das reservas em estudo. Em muitos lugares, foram observadas famílias inteiras abrigando-se em estruturas residenciais aviltantes para a condição humana. São casebres construídos com sobras de madeira e material apodrecido, que muitas vezes servem apenas como referência de um lugar para ficar. Além de colocar em risco o bem-estar das pessoas que habitam essas construções, tal situação tem rebatimento direto no ânimo de seus moradores. De fato, as condições degradantes das casas constituem-se em ambiente humilhante para seus moradores, baixando sua autoestima e tornando-os descrentes das possíveis de melhorias da vida nas UC.

Por outro lado, pode-se notar que as pessoas gostariam de condições melhores para suas famílias, ou seja, um lugar digno para morar. É evidente que é necessário que se relativize o que seja uma moradia digna, para que não se caia em erros, preconceitos e visão discricionária em relação às populações do campo. Assim, não há a pretensão aqui de apresentar uma visão axiológica da situação habitacional de muitos moradores das UC. Contudo, ocorre que há uma gama considerável de residentes dessas unidades sul-amapaenses que não possuem as mínimas condições de construção de suas casas e acabam improvisando “moradias” que colocam em risco suas vidas e as de seus familiares.

Foi com base nas demandas habitacionais locais que o Governo Federal, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desenvolveu um projeto de construção de casas para os moradores da RESEX Rio Cajari. Esta ação de governo tomou como base cada chefe de família que, dentre outras coisas, é responsável pela efetiva construção de sua própria residência. Conforme afirmou o Sr. Raimundo Nonato Pantoja Nascimento, morador da comunidade Maranata do Ajuruxi e beneficiário,

[...] Esse é um dos mais importantes projetos que já veio pra cá pra reserva. Eu acredito que 100% dos moradores da Resex Cajari vão ter suas casas. O projeto é o seguinte. O Ibama e o Incra juntamente com as associações fizeram um cadastro das famílias, que vão ter direito a 5.000 reais que é depositado na conta da associação pra construção das casas. Mas esse dinheiro não é dado antes pro morador fazer depois. Primeiro a pessoa tem que fazer e depois é que o dinheiro vem. Por exemplo, primeiro ele tem que conseguir a madeira e aí o dinheiro dessa madeira é repassado depois. Se a pessoas souber fazer a casa, tiver

como tirar a madeira do mato, cortar (...) o dinheiro fica pra ela mesma. Eu, por exemplo, primeiro fiz as compra lá em Santana pra fazer a cobertura da casa. Aí eu mostrei as notas, mostrei que a casa já tava coberta, aí eu fui com o presidente da associação pra dar ciência pro pessoal do Inca do que eu já tinha feito [...] pra depois eles me repassarem o dinheiro. Quer dizer, nem o morador e nem a associação pega no dinheiro antes de já ter feito parte por parte da casa (Raimundo Nonato Pantoja Nascimento, comunidade Maranata do Ajuruxi, 2006).

O Sr. Luiz, presidente da Comaru, referindo-se à implementação de mutirões na comunidade São Francisco, ratificou esta visão afirmando que “[...] na comunidade as pessoas até que vão pras reuniões, mas na hora de fazer é que é o problema” (Luiz, comunidade São Francisco do Iratapuru, 2006). A questão do uso dos recursos florestais também precisa ser pensada neste sentido. Segundo o SNUC (BRASIL, Art. 23, 2000):

A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei. § 1º As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação. § 2º O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas: I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats; II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas; III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

Ocorre que há grande dubiedade e omissão no próprio SNUC no que tange à maneira como estes contratos serão efetivados. Até hoje, os governos federal e estadual ainda não efetuaram os repasses dos títulos de concessão de uso das terras para as famílias da RDS Rio Iratapuru, e da Resex Rio Cajari. A consequência disso é que estão surgindo microconflitos entre vários moradores das reservas pela falta de legalização da posse de cada família. E mais do que isso, começa-se a perceber o início do processo de formação daquilo que Hardin (2002) chamou de ‘a tragédia dos bens comuns’, que se expressa hoje pela criação do búfalo e o impacto ambiental que causa, pois, ele é criado solto nas “terras de ninguém”. Esta tragédia é exacerbada pelas características histórico-culturais das populações tradicionais que formaram as bases do individualismo local e aviltou o sentimento comunitário-coletivo dos atuais moradores das UC.

Conclusão

Destarte, a conclusão geral a que se pode chegar é a de que o ideário comunitário de ação coletiva para consecução do desenvolvimento humano local, no momento, é quase impossível. As possíveis respostas para tal situação podem ser buscadas na maneira como a mentalidade desses moradores foi estruturada, não apenas pelo histórico modo de produção dos extrativistas, mas, fundamentalmente, pelos valores sistematicamente instituídos no contexto deste fazer econômico-social. O baixo capital social, a confiança exclusiva nos membros da família nuclear, o sentimento paternalista entre moradores e o Estado são algumas características marcantes da realidade valorativo-cultural das populações tradicionais, o que em grande medida responde pelo sucesso ou insucesso das políticas públicas nas UC sul-amapaenses.

As possíveis alternativas ao *status quo* vigente nas UC de uso sustentável, em particular nas duas em tela, assentam-se em ações públicas e não governamentais voltadas para o retorno às práticas de assessoramento por parte de sindicatos, movimentos sociais e até mesmo ONGs para formação de novas lideranças, o que, aliás, já fora implementado em outros momentos, mas que nos dias de hoje encontram-se parados. Propostas como a criação de Escola Família Agrícola, Casa Familiar Rural ou mesmo a Escola Itinerante em comunidades-polo são possibilidades reais de construção de novas mentalidades (CHAVES; FOSCHIERA, 2014). Essas unidades pedagógicas, própria da Educação do Campo, desenvolvem suas atividades a partir da Pedagogia da Alternância, que é uma metodologia baseada na pesquisa como princípio educativo e implementando práticas escolares que respeitam/interligam o tempo dos alunos na comunidade e na escola.

Muitas são as possibilidades de construção de novas intencionalidades para a tomada de consciência e efetivação de atitudes transformadoras da situação atual da região sul do Amapá. Dentre tantas possibilidades, pode-se destacar o papel da educação escolar como edificadora de *práxis* não fetichizadas (KOSIK, 1989), capaz de romper com este legado do sistema de aviamento que ainda se faz bastante presente nas duas unidades. Para isso, faz-se necessário que se valorizem as atividades agroecológicas e extrativistas, resgatem as formas tradicionais de manifestação dos saberes locais acumulados e repassados por gerações, reconheçam as organizações comunitárias com afirmação de identidades coletivas, enfim, uma educação que promova nas pessoas a compreensão da história necessária para a produção de sua própria história.

Em suma, as reservas sul-amapaenses, assim como todas as UC institucionalizadas na Amazônia, precisam verdadeiramente ser percebidas e efetivadas como espaços alternativos que objetivem o desenvolvimento local, que busquem a utilização dos recursos florestais com respeito à diversidade biológica e cultural. Essa realidade

não se observou até o momento nas áreas pesquisadas, em que pese haver condições objetivas evidentes para isso, principalmente quando se trata da Resex Rio Cajari que, além de sua riqueza florestal, apresenta uma importante estrutura formal de participação comunitária, base imprescindível para uma gestão coordenada e compartilhada. É este aspecto que precisa ser fomentado junto às populações tradicionais para que se tornem protagonistas de sua própria história e, assim, desconstruam o postulado de que as áreas protegidas pelo Estado Nacional brasileiro servem, tão somente, para reservar minerais, vegetais, biodiversidade e água que serão apropriados por aqueles com maior poder econômico e político no futuro próximo.

Referências

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. 2002. 700 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Gestão e Política Ambiental) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 14 ed. Campinas: Papyrus, 2005.

AUBERTIN, C. A ocupação da Amazônia: das drogas do sertão à biodiversidade. In: EMPERAIRE, L. (Org.) **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: UNESP, 2000, p. 23-30.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. **Áreas protegidas no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: www.mma.gov.br/port/sbf/dap/apbconc.html. Acesso em: 22 de fev. 2019.

BRASIL. Lei no. 9.985 de 18/07/2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 18 jul. 2000. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 11 nov. 2016.

BRASIL. **Cinquentenário do CNPq: notícias / pesquisa no Brasil**. Brasília/DF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2001.

CARVALHO, Jesus de Miranda. **Revolução do Jari**. Belém: Smith Produções Gráficas LTDA, 2004.

CASTRO, José Maria Ferreira de. **A selva**. 19 ed. São Paulo: Verbo, 1972.

CHAVES, Kênia Matos da Silva; FOSCHIERA, Atamis Antônio. Práticas de educação do campo no Brasil: Escola Família Agrícola, Casa Familiar Rural e Escola Itinerante. **Revista Pegada**, vol. 15, n. 2, p. 76-94, dez. 2014.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COMBLIM, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COMTE, Augusto. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2 ed. Porto Alegre; São Paulo: Ed. Globo; Edusp, 1975.

ENGELS, Friedrich; Marx, KARL. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais e educação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Laudo de exame pericial de local de incêndio N. 0186/2004-GAPCCVP**. Laranjal do Jari: Polícia Técnico-Científica do Estado do Amapá, 2004.

HARDIN, Garrett. La tragedia de los bienes comunes. In: SMITH, Chase; PINEDO, Danny. **El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de**

los lados y bosques en la Amazonía (= Estudios de la Sociedad Rural, 21). Lima: IEP; Instituto del Bien Común, 2002, p. 33-48.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LINS, Cristóvão. **Jari**: setenta anos de história. 3 ed. Rio de Janeiro: DATAFORMA, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril, 1978.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: 2008.

OSTROM, Elinor. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. **American Political Science Review**, vol. 92, n. 1, p. 1-22, 1998. Disponível em: <http://www.apsa.com/imgtest/1997AddrOSTROM.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. O extrativismo entre a conservação e o desenvolvimento. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Org.) **Faces do trópico úmido**: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Editora SEJUP/UFPA-NAEA, 1997, p. 263-284.

POSEY, Darrell. Exploração da biodiversidade e do conhecimento indígena na América Latina: desafios à sobrevivência e a velha ordem. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo; Recife: Ed. Cortez; Fund. Joaquim Nabuco, 1997, p. 345-368.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. **O Brasil republicano**: o tempo de liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 89-120.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à biodiversidade biológica e cultural.** São Paulo: IEB, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Bittencourt da. **Sustentabilidade institucional e participação comunitária da Reserva Extrativista Rio Cajari.** 2003. 149f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: PLADES/NAEA/UFPA, 2003.

SILVA, José Bittencourt da. **Unidades de conservação e organizações de populações tradicionais sul-amapaenses: problemas, tendências e perspectivas.** 2007. 377f. Tese de doutorado (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental). Belém: PDTU/NAEA/UFPA, 2007.

SILVA, José Bittencourt da. População do campo na Amazônia brasileira: desenvolvimento, capital social e o papel da educação. In: **Revista Margens Interdisciplinar**, vol. 5, n. 6, p. 39-54, 2009.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Mulheres, cultura e mudanças nos castanhais do sul do Amapá. In: SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. **Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura.** Belém: Editora do NAEA, 2001, p. 107-148.

TRÁFICO de humanos cresce na Amazônia. **O Liberal**, Belém, p. 15, 15 jun. 2005.

VIOLA, Eduardo José; LEIS, Héctor Ricardo. A Evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (Org.) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.** 2 ed. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1995, p. 73-102.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Brasília: UnB, 1999, vol. 2.

Endereço para correspondência:

José Bittencourt da Silva – jbsilva@ufpa.br
Avenida Augusto Corrêa, 1 – Bairro Universitário
66075-110 Belém/PA, Brasil

João Paulo da Conceição Alves – jpaulochee@gmail.com
Rua Padre Antônio Franco, 2617 – Campus Universitário do Tocantins
68400-000 Cametá/PA, Brasil

